



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 1º E 2 DE DEZEMBRO DE 2009.

Ao primeiro dia do mês de dezembro e aos dois dias do mesmo mês, do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião de audiência pública, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Almeida Lima. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Dado, José Chaves, Laurez Moreira, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Narcio Rodrigues, Nelson Meurer, Osmar Júnior, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Francisco Dornelles e Osvaldo Sobrinho; - **Deputados suplentes:** Edson Aparecido, Eunício Oliveira, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Leandro Vilela, Ricardo Barros, Valtenir Pereira, Vital do Rêgo Filho, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; - **Senador Suplente:** Roberto Cavalcanti. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e sete minutos do dia primeiro de dezembro, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. A seguir, informou que a reunião havia sido convocada para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União, da Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A, do Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério da Integração Nacional e das Cidades, *“com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados”*, conforme dispõe o *caput do art. 97, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009* – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. O Presidente anunciou a composição da mesa: - representantes do Tribunal de Contas da União: Sr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras 1; e Sr. Luiz Fernando, Gerente da Secretaria de Fiscalização de Obras; e representantes da Infraero: Sr. Ricardo Ferreira, Superintendente de Obras; e o Sr. Jaime Parreira, Diretor de Engenharia. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Antes da exposição dos palestrantes, o Deputado Carlos Melles, Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, apresentou síntese dos trabalhos do Comitê. Continuando, informou que a audiência pública seria realizada naquela data, primeiro de dezembro, em dois horários: às dez horas, com a presença de representantes do TCU e da Infraero; e às quinze horas, com a presença de representantes do TCU e da Petrobras; e no dia dois de dezembro, às 10 horas, com a presença de representantes do TCU e do Dnit, e às quatorze horas e trinta minutos, com a presença de representantes do TCU e dos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades. Às dez horas e cinquenta e seis minutos, o representante do TCU, Sr. André Luiz Mendes fez apresentação em *datashow*. Encerrada a exposição, o representante da Infraero, Sr. Ricardo Ferreira, fez exposição até as onze horas e quarenta e quatro minutos. Antes de iniciar o debate, o Presidente consultou os representantes de cada órgão se gostariam de fazer questionamento de um para o outro. Prosseguindo, o representante do TCU questionou o outro palestrante. O Sr. Jaime Parreira, Diretor de Engenharia da Infraero, respondeu ao questionamento. A seguir, o debate foi iniciado. Discutiram o tema em apreço os Deputados Eduardo Valverde, João Dado e Darcísio Perondi. Ao transferir a palavra ao representante do TCU, o Presidente informou que aquela reunião de audiência pública era uma das mais importantes da Comissão realizada naquele ano. A seguir, o Deputado Humberto Souto



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentou intervenção. Discutiram, ainda, o Senador Roberto Cavalcanti e o Deputado Otávio Leite. O Sr. André Luiz Mendes respondeu aos questionamentos. O Deputado Humberto Souto solicitou que a palavra fosse assegurada ao representante da Infraero inicialmente e, após, ao representante do TCU. O Presidente assentiu. Levantaram questionamento o Presidente, Deputados Eduardo Valverde, Humberto Souto e João Dado. O Deputado Carlos Melles apresentou informações complementares. Tendo sido encerrados os questionamentos, os representantes do TCU, Sr. André Luiz Mendes, e da Infraero, Sr. Jaime Parreira, apresentaram as considerações finais. O Presidente agradeceu o comparecimento dos agentes gestores dos órgãos e informou que suspenderia os trabalhos. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, a reunião foi suspensa e convocada a continuação para as quinze horas da mesma data. Às quinze horas e vinte e oito minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Carlos Melles, Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006*, alterada pela *Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. A seguir, informou que a reunião, naquela tarde, havia sido convocada para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União e da Petrobras, "*com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados*", conforme dispõe o *caput do art. 97, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009* – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. O Presidente em exercício anunciou a composição da mesa: - representantes do Tribunal de Contas da União: Sr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras 1; Sr. André Baeta, Gerente da Secretaria de Fiscalização de Obras 1 – 3ª DT; e Sr. Paulo Roberto Wiecherr Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do TCU; e representantes da Petrobras: - Sr. Glauco Colepícolo Legatti, Gerente Geral da Área de Engenharia; Sr. Márcio de Almeida Ferreira, Gerente da Área de Engenharia; e Sr. José Paulo Assis, Gerente da Área de Engenharia. Dando continuidade, informou sobre as regras do debate, conforme estabelecido no *art. 256, § 2º e § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, citados anteriormente. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Às quinze horas e trinta e um minutos, o representante do TCU, Sr. André Luiz Mendes fez apresentação em *datashow*. Encerrada a exposição do TCU, os representantes da Petrobras, Senhores Márcio de Almeida Ferreira, Glauco Colepícolo Legatti e José Paulo Assis, fizeram exposição em vídeos, até as dezesseis horas e quarenta minutos, quando o Presidente, Senador Almeida Lima, reassumiu a condução dos trabalhos. Antes de iniciar o debate, o Presidente consultou ao representante do TCU se gostaria de fazer questionamento aos representantes da Petrobras. Prosseguindo, o representante do TCU dispensou o uso da palavra. A seguir, o debate foi iniciado. Discutiram o assunto os Deputados Ricardo Barros e Eduardo Valverde, e o Senador Roberto Cavalcanti. Logo após, o Presidente passou a palavra aos representantes do TCU, Senhores Paulo Roberto Wiecherr Martins e André Luiz Mendes, que responderam ao primeiro grupo de interpeladores. Continuando, o Presidente passou a palavra ao representante da Petrobras, Senhor Glauco Colepícolo Legatti, que respondeu aos interpeladores. Às dezessete horas e trinta e dois minutos, o Presidente esclareceu, mais uma vez, que a reunião de audiência pública havia sido convocada "*com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados*", conforme dispõe o *caput do art. 97, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009* – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. Logo após, foi assegurada a réplica aos debatedores. Os Senhores José Paulo Assis e Márcio de Almeida Ferreira responderam aos últimos questionamentos. Discutiram, ainda, os Deputados João Dado e Márcio Reinaldo Moreira. O Deputado Eduardo Valverde pediu aparte. Representantes do TCU, Senhores Paulo Roberto Wiecherr Martins e André Luiz Mendes, e os representantes da Petrobras, Senhores Glauco Colepícolo Legatti, Márcio de Almeida Ferreira e José Paulo Assis responderam aos questionamentos do segundo grupo de debatedores. Foi assegurada a réplica ao Deputado João Dado. Prosseguindo o debate, o Sr. André Luiz Mendes questionou ao Sr. Márcio de Almeida Ferreira, e fez uso da réplica. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu o comparecimento dos representantes do TCU e da Petrobras e informou que suspenderia os trabalhos. Antes, passou a palavra ao Deputado Carlos Melles que teceu considerações sobre a necessidade de repasse de informações, sobre as obras com indícios de irregularidades graves, o mais breve possível ao TCU. Às dezenove horas e trinta e oito



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para as dez horas do dia subsequente. Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dois de dezembro, no exercício da Presidência, o Deputado Carlos Melles, Coordenador do Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades Graves, reabriu a reunião. A seguir, informou que a reunião, naquela manhã, havia sido convocada para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União e do Dnit, "*com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados*", conforme dispõe o *caput do art. 97, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009* – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. O Presidente em exercício anunciou a composição da mesa: Diretor-Geral do Dnit, Sr. Luiz Antônio Pagot, e Sr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras 1 do Tribunal de Contas da União. Dando continuidade, informou sobre as regras do debate, conforme estabelecido no *art. 256, § 2º e § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, citados anteriormente. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. A seguir, foi transferida a palavra ao Sr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras 1 do TCU que logo a transferiu ao Sr. Rafael J. Cavalcante, com a anuência do Presidente em exercício, para fazer a sua exposição em *datashow*. Encerrada a apresentação, o Presidente em exercício transferiu a palavra ao Diretor-Geral do Dnit, Sr. Luiz Antônio Pagot, para prestar esclarecimentos referentes ao seu órgão. Às onze horas e trinta e quatro minutos, o Senador Almeida Lima, Presidente, reassumiu a condução dos trabalhos. O representante do Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre a exposição do palestrante do Dnit e, em seguida, o Coordenador do COI também fez uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto em pauta os Deputados João Dado e Eduardo Valverde. O Sr. André Luiz Mendes respondeu aos debatedores. A seguir, o Deputado João Dado fez perguntas e apresentou sugestões. Logo após, o representante do TCU retomou a palavra para complementar seus esclarecimentos e, em seguida, o Diretor-Geral do Dnit também finalizou a sua explanação. Discutiram novamente o assunto os Deputados Eduardo Valverde, João Dado e Gilmar Machado. O Presidente informou que o Deputado Gilmar Machado foi um dos parlamentares que havia solicitado que as audiências fossem públicas e acrescentou que foi uma inovação constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. O Deputado Valtenir Pereira solicitou o uso da palavra. Finalizando, o Sr. André Luiz Mendes apresentou as suas considerações finais, assim, como o Diretor-Geral do Dnit. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença dos representantes do Tribunal de Contas da União e do Dnit e às treze horas e quarenta e sete minutos os trabalhos foram interrompidos e convocada a continuação para as quinze horas da mesma data. Às quinze horas e trinta minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Carlos Melles, Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006*, alterada pela *Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. A seguir, informou que a reunião, naquela tarde, havia sido convocada para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União e dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, "*com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados*", conforme dispõe o *caput do art. 97, da Lei nº 12.017, de 12/08/2009* – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. O Presidente em exercício anunciou a composição da mesa: - representantes do Tribunal de Contas da União: Sr. Paulo Roberto Wiecherr Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do TCU; e Sr. André Baeta, Gerente da Secretaria de Fiscalização de Obras 1 – 3ª DT; representantes do Ministério das Cidades: Sr. Manoel Renato Machado Filho, Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; e Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana; e representante do Ministério da Integração Nacional: Sr. José Augusto Tostes Guerra, engenheiro do DNOCS. Em continuidade, informou sobre as regras do debate, conforme estabelecido no *art. 256, § 2º e § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, citados anteriormente. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, a palavra foi transferida aos representantes do TCU, Sr. Paulo Roberto Wiecherr Martins e Sr. André Baeta, que discorreram sobre o tema em apreço, fazendo uso de projetor de multimídia. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente, Senador Almeida Lima, reassumiu a direção dos trabalhos. Encerrada a

